

filosóficas”, Getúlio ingressa na vida política de seu estado em 1909 como deputado eleito para a assembléia estadual gaúcha.

A importância dos PRs estaduais no esquema da organização partidária vigente na Primeira República aliada a uma tradição familiar — “o pai de Getúlio... nomeado general honorário do exército... se tornara seguidor de Júlio de Castilhos e procurou instilar nos filhos a devoção aos princípios do partido Republicano” — fez de Getúlio um membro ativo do PR rio-grandense.

Sob a tutela do caudilho Borges de Medeiros tornou-se, já em 1921, líder da maioria na assembléia estadual. Entretanto, a presença de Vargas no plano da política federal não nos parece significativa até fins da década de 20, quando então é nomeado para ocupar a liderança da pasta da fazenda — “um cargo que apresentava desvantagens para o político sempre disposto a assumir posição compreensiva e amável”.

Por outro lado, a análise de alguns elementos de crise que compõem o processo histórico-político anterior à Revolução de 1930 leva o autor a verificar a importância de outro personagem. Referimo-nos à figura de Luís Carlos Prestes — “engenheiro militar, ... com brilhante passado acadêmico e responsável pela construção em 1924 de uma linha ferroviária no Rio Grande do Sul” (p. 39).

É interessante notar que, com o ascenso dos movimentos reformistas da pequena burguesia nos anos 20, a figura de Prestes, em contraposição a Vargas, revela-se bastante significativa na medida em que mobiliza e/ou é portadora de reivindicações de uma parcela da população (ou de um grupo social).

Esta possibilidade, a nosso ver, torna-se ainda mais sedutora a partir do momento em que o “Cavaleiro da Esperança” recusa o oferecimento de Oswaldo Aranha — líder tenentista — para que assumisse a chefia militar do movimento revolucionário em outubro de 1930.

Para ele, “uma revolução liderada pela Aliança não seria mais

do que outro capítulo na luta tradicional pelo poder” (p. 66).

Logo após a Revolução de 1930, justamente quando o relato dos acontecimentos evidencia o poder de barganha dos tenentes, a orientação de Prestes no plano ideológico revela-se incompatível com as soluções preconizadas pelo Clube 3 de Outubro.

Com referência à conjuntura política dos anos 1934-35, propícia à adoção de certas medidas que vieram em parte favorecer a implantação do Estado Novo, Dulles enfatiza a atuação dos diversos partidos (AIB, ANL), ao mesmo tempo em que procura cristalizar a posição de Vargas como “o protótipo do moderador judicioso”.

Neste contexto, Prestes, então no auge de seu prestígio, retorna ao País em abril de 1935 após uma visita realizada à UPSS e torna-se membro do Comitê Político do PC.

Em relação ao setor mais forte da esquerda, esta adesão certamente iria assumir uma conotação mais profunda no plano da influência ideológica.

Dulles considera que “durante o curto período de 15 anos Vargas prejudicou o movimento comunista não tanto com medidas policiais quanto pela legislação social que promulgou, e pela criação do PTB”.

Cabe mencionar que, a partir dos anos 30, a análise de uma série de decretos e leis sociais revela uma vinculação de tipo paternalista entre o poder central e a classe operária, cristalizando assim uma política de incorporação.

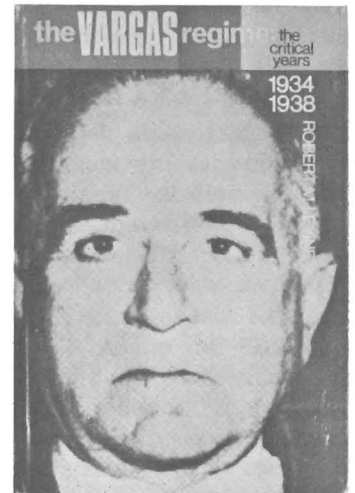
Considerações dessa ordem, entretanto, não constituem objeto de preocupação maior por parte do autor.

No mais, Dulles revela-se um exímio pesquisador, apresentando o livro bibliografia bastante interessante. Entretanto, apesar do seu eficiente apego à pesquisa, Dulles não consegue remover a evidência de que Vargas ainda espera seu biógrafo. □

Antonio Carlos Sachs

The Vargas regime: the critical years 1934 - 1938

Por Robert M. Levine. New York, Columbia University Press, 1970.



Ao se instalar a Assembléia Constituinte em 1934, as manifestações dissidentes das oligarquias estaduais foram transpostas para o plano do debate parlamentar. Tendo a Constituinte posteriormente se transformado em Assembléia Legislativa, Vargas estava com seu poder restringido. A continuidade desse sistema não mais justificaria um governo executivo com as forças que tinha ou com as que Vargas queria. Surgem nesse momento duas forças políticas opostas que servirão de bode expiatório para uma reconcentração de forças no poder executivo: a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. Durante quatro anos (até 10 de novembro de 1937), Vargas aproveitar-se-ia desse choque de forças para mostrar ao Congresso sua própria ineficácia e por fim fechá-lo em nome da segurança nacional. Essa é a visão que Levine tem do período e essa é a abordagem do livro.

Ao privilegiar um aspecto da realidade, colocando o próprio Vargas como um “Deus ex-machina”, observando o desenrolar dos acontecimentos e utilizando-se de um vasto material documental, o autor oferece um histórico detalhado dos fatos e homens envolvidos em tais movimentos. A esse respeito o autor traça paralelos

entre ambos os movimentos, dando a entender que suas distinções básicas consistiam apenas no fato de o primeiro ser antifascista e o segundo anticomunista, pois que a origem social dos componentes de ambos era similar (em sua maioria, eram compostos de segmentos médios urbanos: burocratas, profissionais liberais, militares, etc.) e suas plataformas políticas não apresentavam diferenças significativas (independência econômica, educação do "povo", nacionalismo, etc.).

A criação da ANL, em março de 1935, teria sido "encorajada" pelo PCB e contava em seus quadros com elementos do movimento tenentista, principalmente da ala Prestes-Miguel Costa. E não era por coincidência que suas reuniões se faziam em cômodos anteriormente ocupados pelo Clube 3 de Outubro. O nome de Prestes, nomeado seu presidente honorário em sua primeira manifestação pública, vincula a ANL ao PCB, muito embora sua ação se desenvolva com relativa independência até meados de 1935. Por essa época a leitura que o então estudante Carlos Lacerda fez do Manifesto de Prestes para uma pequena multidão no Estádio Brasil assinala o ponto final da ascensão política da ANL. O movimento radicaliza-se daí para frente, sendo totalmente controlado pelo PCB, ou seja, por Prestes e enviados do Comintern. Essa situação culmina com a ação de novembro de 1935.

Relatando as atividades de novembro, o autor descreve a rebelião no Rio Grande do Norte e a quase instalação da República Soviética do Rio Grande do Norte. A ação ocorrida nesse estado, antecipando-se a uma possível ação de amplitude nacional, provocada por um pequeno grupo de militares, nada mais foi do que uma escaramuça de quartel e que só logrou o pequeno êxito que teve graças à inconsistente defesa com que contava o desprotegido estado.

Da Ação Integralista o autor destaca sua estrutura burocrática organizada sob a forma de células espalhadas por quase todo o

território nacional, que se subordinavam às administrações distritais, que, por sua vez, se reportavam à Câmara dos Quatrocentos e esta à Câmara dos Quarenta, que era escolhida pelo Supremo Conselho Integralista do qual Plínio Salgado era o mandatário supremo. A AIB contava com membros que pertenciam à alta hierarquia da burocracia civil e militar, o que pode explicar a complacência que gozava junto ao Estado. Ela passa a ter força manifesta a partir de fins de 1934, atinge seu clímax na marcha de 1.º de novembro de 1937 no Rio de Janeiro e é desarticulada a partir da tentativa de assalto ao Palácio Guanabara, então residência do chefe do Governo, em princípios de 1938.

Pairando acima dessas correntes extremistas estava o Estado, com seu poder fortificado desde 1930.

A partir da repressão do movimento de novembro de 1935 inicia-se dentro do Estado uma reação em cadeia no sentido de reforçar seus aparelhos repressivos: os 90 dias iniciais de estado de sítio autorizado pelo Congresso são renovados por mais cinco vezes; Góes Monteiro advogava uma revisão constitucional para manter a ordem nas Forças Armadas; é formada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e a Polícia é reforçada com poderes discricionários. Um golpe de estado estava iminente. Como causas mais importantes desse golpe o autor aponta as seguintes:

a) o apoio dos militares para uma centralização do poder, pois sentiam a hierarquia das Forças Armadas ameaçada pela infiltração comunista;

b) a incômoda situação política no Rio Grande do Sul causada por Flores da Cunha e sua milícia estadual fora da esfera de controle do exército nacional;

c) a mudança de direção na campanha de José Américo que se afastava cada vez mais dos padrões tradicionais, buscando apoio político nas classes populares e criticando a administração de Vargas;

d) o célebre Plano Cohen e seus conhecidos efeitos de uma guinada para a direita na política, através da criação das Comissões de Estado de Guerra em cada estado da União;

e) a atuação dessas comissões através de seus poderes discricionários serviram para desalojar o maior oponente de Vargas: Flores da Cunha no Rio Grande do Sul, bem como minimizar as atuações de Lima Cavalcanti em Pernambuco e Juracy Magalhães na Bahia, que eram não apenas favoráveis à realização das eleições, como se haviam posto contra o esquema montado por Vargas.

E o manifesto enviado por Armando Salles ao Congresso no dia 8 fez com que se antecipasse o golpe para o dia 10 de novembro.

De um modo geral, na leitura do livro, tem-se a impressão de uma interpretação psicologizante dos acontecimentos, onde "indivíduos" se confrontam com um sistema ou onde os "Estados" reivindicam privilégios. Indivíduos e estados que nos são apresentados desvinculados de grupos sociais, interesses específicos, etc. Quanto ao próprio Vargas, o autor o apresenta no início de sua administração como um "imprevisível enigma político" sem ideologia determinada e que herda desses movimentos o nacionalismo como ideologia de uso populista.

Isso porém não compromete o livro, que é produto de uma avultada quantidade de material coletado em fontes originais e nem sempre de fácil acesso. O autor que já antes organizara um livro sobre fontes para pesquisa histórica no Brasil (**Brazil: field research guide**) trabalha cuidadosamente sobre os dados coletados, permeando as análises mais globais dos fatos históricos com dados biográficos dos personagens envolvidos. Negando-se a seguir pela linha mais tradicional de análise (Getúlio às voltas com a Assembléia Legislativa) Levine fornece-nos uma perspectiva ampla dos movimentos extremistas do período e seus conflitos entre si e com o Estado. □

Paulo Lollato